

RESUMO

A violência que atinge as cidades brasileiras deixou de ser um fenômeno localizado e ganhou *status* de problema nacional. Essa situação tem desencadeado na sociedade urbana um sentimento desmesurado de medo colocando-a em permanente estado de alerta. Em resposta, ocorrem mudanças significativas no cotidiano das cidades e no próprio modo de vida urbano. Isso se reflete na redefinição de atividades, fluxos e comportamentos no interior das cidades brasileiras. A percepção dessas mudanças instigou a reflexão do problema no âmbito de Fortaleza. O texto em tela objetiva discutir o modo como os atores sociais urbanos comportam-se face a situação de violência experimentada nessa cidade.

ABSTRACT

The violence observed on Brazilian cities has no longer been classified as a local phenomenon but gained a national problem status. This situation has developed an enormous fear onto urban society, keeping it constantly alert. As a counter measure, significant changes on city lifestyle and urban way of life occur. This is reflected on alterations on activities, fluxes and behaviors in Brazilian cities. The awareness of these changes has led to the problem study within Fortaleza. This text aims to discuss the way urban social agents behave when faces with the violence situation presentin this city.

1 Os sintomas do perigo

A violência tornou-se efetivamente, se não o mais agudo, um dos problemas mais graves vividos pela sociedade urbana. A intensidade e proporção com que atinge o cotidiano das grandes cidades, especialmente no Brasil, têm deixado a população em permanente estado de alerta. Cada vez mais, as cidades assumem feições ditadas pelo medo.

Diante dessa realidade, parte-se da premissa de que a violência urbana tornou-se um problema essencialmente geográfico. Isso significa considerar não apenas os aspectos de localização e extensão do problema, mas os seus reflexos na própria interação da sociedade com o ambiente urbano. A população, atemorizada com o agravamento da violência nas grandes e médias cidades, vem internalizando fortemente o medo como *padrão psico-social de comportamento urbano* (Adorno, 1992). Essa situação se reflete, de forma marcante, na (re)definição de *lugares, paisagens e territórios*.

Portanto, o entendimento da dinâmica atual das cidades brasileiras demanda a discussão e análise dos significados do componente medo, deflagrado pela violência urbana, para a organização das atividades cidadinas. Portanto, indagar: como os atores sociais urbanos comportam-se face a situação de violência vivida nas cidades?

Refletir sobre a questão da violência na cidade de Fortaleza, guardadas as pro-

*Mestre em Geografia pela UFPE e Professor Auxiliar da Universidade Regional do Cariri - URCA

porções, pressupõe investigar uma realidade menos dura se comparada as duas maiores metrópoles do Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro, que lideram o *ranking da violência no país*. Porém, não significa uma situação menos emblemática, pois, ano a ano, crescem os números da violência em Fortaleza.

As estatísticas recentes indicam o exacerbamento da violência na cidade de Fortaleza. Conforme levantamentos realizados pela Secretaria de Segurança Pública do Ceará (SSP/CE) e pelo Banco de Dados do Centro de Defesa e Proteção dos Direitos Humanos - instituição filiada ao Movimento Nacional dos Direitos Humanos (CDPDH/MNDH), o número de assassinatos dobrou no período compreendido entre 1992 e 1996. No primeiro ano foram registradas 194 mortes e em 1996, 382. Um cálculo feito com base nos mesmos dados demonstra que de jan./1992 a dez./1995 Fortaleza experimentou um crescimento anual no número de assassinatos da ordem de 21,6%.

Em pesquisa realizada pelo professor Ib Teixeira, da Fundação Getúlio Vargas, divulgada pelo jornal O Povo (16/01/2000), Fortaleza destaca-se como a sexta capital mais violenta do país e a terceira do Nordeste. Na tabela a seguir, baseada na pesquisa citada, apenas duas posições separam Fortaleza do Rio de Janeiro, cidade tida até recentemente como a mais violenta do país.

Considerando-se a performance atual da criminalidade nas grandes metrópoles brasileiras, bem como o galope dos números apresentados, o quadro que se desenha para Fortaleza não é nada confortável. A posição de Fortaleza no *ranking* macabro da violência provocou inclusive análises sobre a “riodejaneirização” desta cidade, uma alusão à percepção da violência em níveis comparáveis ao Rio de Janeiro (Ferraz, In: O Povo, 11/02/2000).

Admitindo-se a hipótese de que a violência funciona, grosso modo, como uma válvula de escape à situação de desigualdade social, assim como um mecanismo de demarcação e legitimação de interesses e posições, esta encontrará em Fortaleza terreno relativamente fértil. Esta cidade figura no cenário nacional, conforme estimativas do IBGE (In: O Povo, 20/03/199, p. 1D)), como aquela com a pior distribuição de renda e campeã no item concentração de renda.

Conforme pesquisa realizada pela SUDENE, o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, no período de 1987 a 1998, representou o terceiro lugar da economia do Nordeste. Outro cálculo, feito pelo Banco Mundial (Bird), o PIB do Ceará cresceu 5,8% no interstício de 1970 a 1997, taxa superior à verificada para o país e para o Nordeste. Porém, o Bird informa ainda que seu PIB per capita, no valor de US\$ 1.701, continua inferior à média regional, que é de US\$ 2.077, e à nacional que registra US\$ 3.262. Tal desempenho está diretamente vinculado ao modelo de desenvolvimento pregado pelo Estado, calcado na desigualdade social. Segundo relatório do Bird.

A pobreza no Ceará continua grave e profunda, embora tenha diminuído bastante nos últimos 20 anos. Utilizando uma linha de pobreza de cerca de R\$ 65 por mês per capita, a taxa de pobreza do Estado é de 49%, em comparação com 23% no Brasil, 9% no Sudeste e 48% no Nordeste. As taxas de pobreza são mais baixas em Fortaleza (20%), seguida por cidades de mais de 100.000 habitantes (31%), periferia da área Metropolitana de Fortaleza (42%), cidades médias (48%), cidades pequenas (51%) e, finalmente, áreas rurais (77%)... Outros índices de bem-estar, tais como a mortalidade infantil, também mostram a escala enorme dos desafios sociais (BIRD: o desempenho do Ceará, capítulo V, In: O POVO, 11 de julho de 1999).

Ainda que pese a confiabilidade desses números, que projetam Fortaleza numa posição relativamente confortável, por registrar 20% na taxa de pobreza, índice abaixo da média nacional, não se pode desprezar o fato de que esta cidade se encontra cercada por uma população na qual praticamente metade sobrevive no limite da linha de pobreza (48%). Não bastasse a confirmação da enorme disparidade urbano x rural no Ceará, destaca-se a situação flagrante de desigualdade no âmbito da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), enfraquecendo os *liens* entre as unidades do conjunto.

No tocante a Fortaleza, a disparidade social se reflete na conformação sócio-territorial urbana, que separa a cidade em duas zonas singulares (Leste e Oeste) quanto à ocupação social. Este fenômeno já vem sendo estudado a quase duas décadas, destacando-se as contribuições de Souza (1978), Costa (1988) e Silva (1992). O flagrante da “apartação” (Buarque, 1993), pode ser constatado ao se observar em primeiro lugar os instrumentos de regulação sócio-espacial, melhor dizer, segregação. Destaca-se o alto custo da terra urbana na Zona Leste que vem garantindo a exclusividade na ocupação desse espaço de Fortaleza por segmentos de alto poder aquisitivo. Some-se à hipervalorização da terra urbana, aquilo que Mike Davis chamou de *arquitetura do medo*, isto é,

A semiótica do assim chamado “espaço defensável” é, em muitas instâncias, quase tão sutil quanto um arrogante meganha branco. Os pseudo-espaços públicos para consumidores ricos de nossos dias – suntuosos shoppings, centros de escritórios, acrópoles culturais, e assim sucessivamente – estão repletos de sinais invisíveis que impedem a entrada do “Outro” da subclasse (Davis, 1993, p.207).

Ademais, o programa de “desfavelamento” tem contribuído para a remoção dos “indesejados” grupos sociais excluídos e sua instalação na zona Oeste de Fortaleza. Isso se reflete em migrações compulsórias oriundas da Zona Leste da cidade que provocam o incremento populacional na periferia Oeste de Fortaleza sem o necessário aumento da oferta de serviços, agravando assim o já deficitário sistema de serviços de moradia, saúde, educação, transporte e lazer deste setor da cidade.

Uma outra característica digna de nota, no tocante a complexificação da problemática urbana de Fortaleza, é o crescimento demográfico na Região Metropolitana. A população da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), considerado-se os municípios anexados pela Lei Complementar nº 18 de 29 de dezembro de 1999 (DOE nº 469, de 29/12/1999) — Chorozinho, Horizonte, Pacajus e São Gonçalo do Amarante —, já atinge a marca de 2.971.915 habitantes (IBGE, 2000). A cidade de Fortaleza, que cresceu 20,89% nos últimos 10 anos, participa dessa conta com 2.138.234 habitantes (IBGE, 1991 e 2000).

O agravamento dos conflitos sociais nas cidades brasileiras, em particular na capital cearense, pode-se concordar com Souza (1996), teve início em meados da década de 1980. Dois fatores se destacam: comprometimento das receitas do Estado, em virtude da aludida crise da dívida externa e o colapso do modelo de industrialização por substituição das importações. É nesse contexto que aumentam os índices de desemprego e subemprego, com a emergência do desemprego estrutural.

Conforme o já citado relatório do Bird, faz-se mister destacar que o governo estadual, no tocante aos investimentos no Ceará, privilegiou as atividades da indústria e do turismo como estratégias de desenvolvimento. Entretanto, essas ações, pela própria natureza das atividades, mostraram-se insuficientes na geração de emprego e renda para os mais pobres. Na ausência de recursos e meios de aquisição para fazer face às demandas individuais e coletivas, verifica-se a complexificação dos problemas enfrentados pela população, principalmente nas grandes concentrações urbanas.

Paralelamente ao desenvolvimento da crise que se abate sobre o país, a eclosão e expansão da violência sinalizam uma situação de conflagração social, política e institucional. Segundo Souza (1996),

A sensação de “desordem” que muitos atualmente experimentam, e que se reflete em expressões popularizadas pela mídia como “caos das grandes cidades” e “clima de guerra civil”, é causada, em parte, pelos impactos sociais negativos da evolução da “ordem” econômica sobre o nível de emprego (...) Mais recentemente, a isso se acrescenta o quase vazio de poder, autoridade e amparo social aos trabalhadores (amparo esse que nunca foi mesmo muito significativo) deixado pela retração da “ordem” estatal. Essa retração, particularmente impactante negativamente nas favelas e demais espaços pobres das grandes cidades como o Rio de Janeiro, tem causas variadas, relacionadas a

fatores tanto supralocais ... quanto locais: desde o colapso do modelo de industrialização por substituição de importações, (...), secundado pelo discurso neoliberal do “Estado mínimo”, da desregulamentação e das privatizações, até a ascensão do narcotráfico em certos espaços carentes (territorializados pelo crime organizado), o que leva a uma estigmatização e a um abandono ainda maiores desses espaços por parte da polícia e do Poder Público em geral (p. 34-35).

Isto é, em meio a crise de desenvolvimento nacional e a crise social e política geral, os problemas de *desenvolvimento urbano*, sobretudo nas metrópoles, deixam de ser apenas ligados aos fatores de deseconomias de aglomeração (por exemplo, congestionamentos etc), como se convencionou chamar em linguagem técnica, para dar origem a um clima de “guerra civil”, utilizando uma expressão empregada corriqueiramente nas ruas e pela imprensa.

2 O medo em Fortaleza e a construção de “fortalezas”

Com uma população de mais de dois milhões de habitantes, a capital cearense atrai o turismo por seus encantos naturais, sobretudo os da orla marítima, pela vida noturna movimentada e pela mídia. Porém, no que se refere à segurança pública, a qualidade de vida da população dá sinais de declínio.

Os números denunciam, conforme salientado anteriormente: Fortaleza é a sexta capital mais violenta do Brasil. Para uma cidade que pretende ser vocacionada para o turismo e que se alimenta da imagem idílica de “capital do sol”, essa posição no *ranking* nacional da violência urbana pode borrar a “maquiagem” produzida para o turista.

Em razão disso penaliza-se ainda mais a população da periferia de Fortaleza, visto que, em tempos de alta estação do turismo na cidade, a Secretaria de Segurança Pública – SSP/CE, não tem poupado esforços para garantir segurança ao turista. Com isso, há um remanejamento do policiamento ostensivo das polícias Militar (PM) e Civil para a rota do turismo, em detrimento da segurança, além de outros serviços, nos bairros da periferia.

Se a violência que se abate sobre Fortaleza assusta e pode afugentar o turista, ela intimida e incomoda muito mais a população da cidade, especialmente as camadas mais pobres que habitam as periferias distantes. Cumpre salientar que a percepção da insegurança em Fortaleza cresce à medida que as estatísticas dão conta de um aumento substancial da violência, como mostra a tabela seguinte.

Tabela 01 – Evolução da criminalidade em Fortaleza de 1992 a 1994

ANO	Modalidade/crime	
	Assassinatos	Furtos/roubos
1992	196	412
1993	235	438
1994	310	583
1995	350	944

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Ceará – SSP/CE.

A tabela 02 mostra que tanto os crimes contra a pessoa quanto os crimes contra o patrimônio sofreram acréscimo. Embora a série de quatro anos não permita conclusões, chama atenção o surpreendente crescimento do número de furtos e roubos. No interstício de 1992 a 1993, os furtos e roubos cresceram a uma taxa de 6,3%. No ano seguinte o aumento foi em torno de 10,27% e 61,9% entre 1994 e 1995. O último período ajuda a entender a inquietação da população de Fortaleza em relação à segurança pública e privada.

Um reflexo disso é o aquecimento do mercado de trancas e cadeados em Fortaleza, um indício do aumento da sensação de insegurança. Uma pesquisa feita junto aos comercian-

tes de trancas e cadeados de Fortaleza, divulgada pelo jornal Diário do Nordeste (20/07/1999), aponta o crescimento do setor. O custo da segurança privada, quando se trata de reforçar a segurança de portas e portões, pode oscilar de 1/5 do salário mínimo até quatro vezes o valor do mesmo – valores referentes ao mês de setembro de 1999.

Conforme depoimentos dos comerciantes, esse mercado tem se mostrado pródigo, mesmo em tempos de crise econômica. Destaque também para o comércio de vigilância eletrônica, cercas eletrificadas etc. Essas informações demonstram como o “negócio do medo” prospera na cidade. O temor da população pode ser sentido, em parte, pela pré-disposição do consumidor em pagar caro pelos novos itens de segurança disponíveis no mercado.

Entretanto, numa outra ponta desse mercado, encontra-se o consumidor de baixa renda que se vê impotente diante dessas novas demandas. Uma vez que o orçamento apertado já não lhes garante a satisfação plena das necessidades básicas, o que dizer do incremento de despesas impostas pelo aumento da sensação de insegurança na cidade?

Na esteira da violência, cada um se protege como pode. Os ricos recorrem aos cães, vigilantes, porteiros e portões eletrônicos. Os pobres, via de regra recorrem às armas que têm, a maioria inócua.

O problema da violência em Fortaleza, que se agrava anualmente, ganha destaque não só pelo aumento quantitativo da incidência da criminalidade, mas também pelo incrementos de novos crimes. Isto se justifica pela atuação ousada dos bandidos que assaltam à luz do dia, em qualquer lugar e a qualquer horário. Os assaltos a bancos e empresas industriais e comerciais têm sido frequentes, inclusive em horário comercial. Esses crimes praticados por grupos sinalizam uma pretensa organização do crime no Estado, com destaque para o uso de táticas e armas similares àquelas empregadas em ações similares no Rio de Janeiro e São Paulo.

Essas mudanças de intensidade e das características dos crimes podem ser sentidas numa outra dimensão do problema, a concernente à saúde pública. O maior hospital de emergência do Estado, Instituto Dr. José Frota (IJF), mesmo após recente ampliação, sofre com o problema de sobrecarga de trabalho, provocada, em grande parte, pelo aumento da violência, conforme informou a direção do hospital ao Jornal O Povo (13/04/1999).

Ainda nessa edição, segundo declarações do Dr. Rommel Araújo, então chefe de emergência do IJF, a violência verificada no Estado impõe a sobrecarga de trabalho na emergência do hospital. *A grande quantidade de lesões é bem maior*, alerta Dr. Rommel. Segundo o mesmo, *antes, tinha muita agressão por arma branca e espeto de churrasco. Hoje as lesões são provocadas por tiros de escopeta, dentre outras armas de grosso calibre*. O que chama atenção não é apenas a mudança da arma branca para a arma de fogo, mas o uso de armas com poder cada vez mais letal.

Por outro lado, os números da criminalidade violenta, leia-se os assassinatos, se apreciados à escala da cidade, não permitem visualizar a questão da violência em suas particularidades. Com efeito, essa modalidade não atinge efetivamente aqueles segmentos social e espacialmente melhor protegidos. Certamente, estes estão amedrontados e lançam mão de todos os artifícios de segurança privada que o dinheiro pode comprar. Recentemente, o pânico causado na classe média alta em virtude de um assalto em um condomínio de luxo numa das áreas mais nobres da cidade, o bairro Meireles, instigou recomendações do tipo:

Condomínios podem adotar uma série de normas de segurança para evitar a ação de assaltantes. No entanto, o custo para isso pode chegar a R\$ 25 mil. As recomendações incluem a reconstrução da guarita dos edifícios em locais estratégicos – a mais de dois metros de altura – e a instalação de câmaras de vídeo. Os porteiros devem ser orientados a evitar a entrada de pessoas estranhas no prédio sem identificação (O POVO, 13/01/2000, primeira página).

Medidas dessa natureza consolidam e ampliam o processo de auto-segregação em Fortaleza. Isso se concretiza, através de recomendações a exemplo daquelas acima enunciadas e a consequente multiplicação de pequenas fortalezas dentro da cidade. Os moradores desses lugares fortemente vigiados, quando entram na esfera pública, acabam exacerbando

seus sentimentos de medo e passam a ver os *Outros* (Davis, 1993), sobretudo os mais pobres, como inimigos potenciais. Estes, por sua vez, podem ser os garotos que trabalham diuturnamente nos cruzamentos e semáforos da cidade; os flanelinhas; os adolescentes que normalmente andam em grupos; o sujeito que retém por mais tempo o olhar para suas roupas, objetos pessoais etc. Enfim, podem ser todos aqueles que apresentem os sinais exteriores de um outro mundo que não o seu.

Diógenes (1999), captou bem essa situação em artigo publicado no Jornal O Povo (17/08/1999), ao argumentar que

Na cidade das Fortalezas, cada um parece erigir em torno de si um muro, um forte. Desiguais, desunidos, inimigos de raça, cor e classe conspiram estratégias de segurança. Uma ameaça potencial, explosiva enuncia-se em cada esquina.

Curiosamente essas medidas de auto-proteção, tanto nos espaços privados quanto públicos, acabam funcionando como mecanismos de *retroalimentação positiva* da violência (Souza, 1996). O crescimento dos números da violência são sintomáticos, indicando que as estratégias de segurança adotadas pela sociedade, na verdade, contribuem, de algum modo, para o aumento da criminalidade. Conforme discutido em Queiroz (2000), o recuo da esfera pública por parte dos trabalhadores abre caminho para sua territorialização por atores e/ou agentes socialmente perigosos e para a prática de atos ilícitos. Em primeiro lugar deve se considerar que,

A ignorância, o medo e o desespero parecem, assim, trabalhar como coadjuvantes pelo solapamento da democracia. Aqui não se está pensando apenas no colapso da frágil e limitadíssima democracia representativa hoje existente no Brasil, mas igualmente no comprometimento lento da convivência democrática no cotidiano. A insegurança, a violência, a deterioração do “clima social” tendem a minar as bases do exercício da cidadania, afastando-nos mais ainda da concretização de nosso direito à cidade, dificultando inclusive o exercício do inalienável direito de ir e vir. Além do mais, é a própria psicologia dos cidadãos que está em jogo: o aumento do estresse, da neurose urbana, da desconfiância de cada um em relação aos demais, das situações de pânico; (...) (Souza, 1996, p.49).

Em segundo lugar, vale lembrar um estudo recente sobre a formação e atuação de “*gangues, galeras e movimento hip hop*” em Fortaleza, desenvolvido por Diógenes (1998), que analisa em profundidade os movimentos deflagrados por jovens e adolescentes, residentes sobretudo na periferia, situados fora da órbita da “normalidade” e da “ordem” (formal) da cidade. Para os participantes desses grupos, a violência constitui uma possibilidade de “reconhecimento”, de insurgência à situação de exclusão e confinamento vigentes na sociedade e na cidade respectivamente. Nesse sentido, a autora argumenta que

*a manifestação da violência, entre os participantes das gangues, passa a ter uma dimensão **positiva** (...), ela se coloca como campo propulsor de conflitos e deflagrador de **diferenças**. Sendo assim, a violência se exerce, dentro da experiência das gangues, como um modo sui generis de um segmento ignorado, esquecido nas sombras da periferia se fazer ver, se fazer existir (Diógenes, 1998, p.44).*

Ainda segundo a mesma autora, um padrão que pode ser considerado amoral por ser acompanhado pela violência, drogas, assaltos e mortes, é um dos principais pilares do movimento que cresce a cada dia em Fortaleza. Além do mais, *quem passa o mês todo para ganhar R\$ 120 é otário* (depoimento de líder de gangue).

Este é o lema de uma juventude que não consegue encontrar rumo na cidadania. Como escapatória e forma de afirmação, o outro lado da moeda de uma sociedade excludente

e que não oferece perspectiva para os pobres: a marginalidade. Nesse sentido, *a experiência das gangues torna-se assim um modo de "inclusão" social às avessas cujo passaporte é a violência e a marca cultural é o território* (Diógenes 1998, p. 44).

Conforme a autora, a violência bem como a gíria e as tatuagens, dentre outros mecanismos, constituem *estratégias* (Certeau, 1985) não só de transgressão da "ordem" oficial, mas de delimitação de uma territorialidade. A apropriação de lugares e/ou setores da cidade pelos participantes de gangues objetiva a conquista de um mundo que lhes recusa participação.

Consequentemente, como um círculo vicioso, as ações das gangues e galeras contribuem para o recrudescimento do sentimento de medo entre os cidadãos, o que, por sua vez vai instigar a produção incessante de segurança privada bem como a truculência da polícia no combate a esses grupos.

De todo modo, as gangues entranharam-se no tecido urbano de Fortaleza de modo que, mesmo passando despercebidas por parte da população, hoje, recobrem todo o território da cidade. Elas já não podem mais ser encaradas pelas organizações governamentais e pela sociedade como problema pontual. Segundo Diógenes, Fortaleza está dividida em territórios de gangues, que totalizam cerca de 193 em toda a cidade, congregando aproximadamente 15.000 jovens.

3 O cerco está se fechando e furando o bloqueio

Conforme salientado anteriormente, o eixo demarcatório que separa a Fortaleza moderna da cidade dos excluídos garantiu, até recentemente, a tranquilidade dos segmentos sociais economicamente melhor situados. Isso porque o problema da violência em particular, bem como a maioria dos problemas sociais, manteve-se relativamente confinado na periferia da cidade.

Uma análise minuciosa do processo de ocupação do espaço urbano de Fortaleza revela uma certa particularidade da cidade, a saber, a sua compartimentação forjando espaços exclusivos e contínuos à ocupação da elite fortalezense. Em Fortaleza, os setores privilegiados sempre estiveram, e continuam, muito afastados dos mais pobres, *como óleo e água*, diria Pinheiro (1996). Essa configuração territorial de Fortaleza, já amplamente discutida por Silva (1992) e Costa (1988), diferencia-se, por exemplo, do Rio de Janeiro e Recife, onde o preenchimento da "mancha" urbana mostra-se bem mais heterogênea – excetuando-se as novas áreas exclusivas à ocupação de *status*.

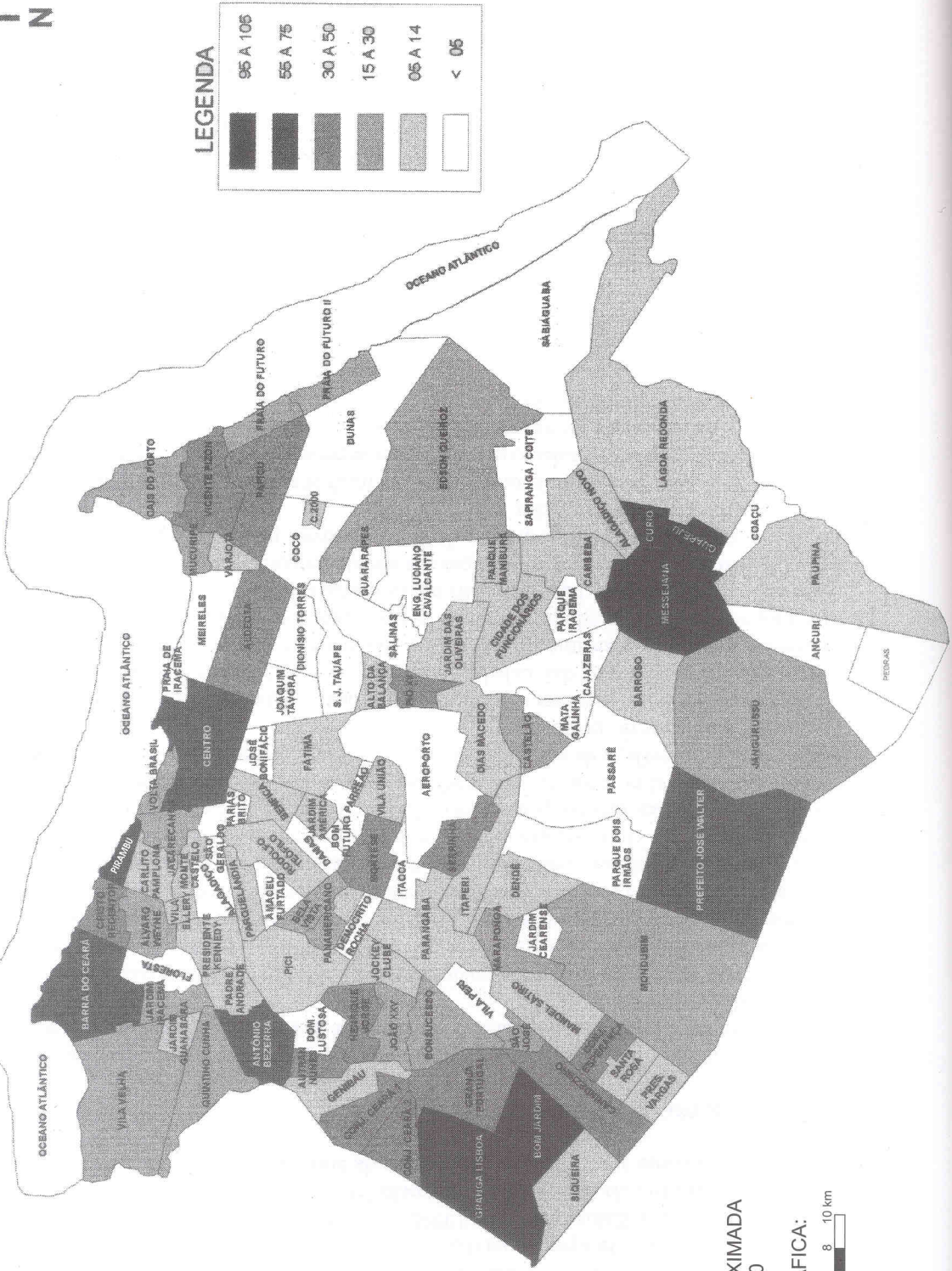
Em Fortaleza, a exemplo do que já foi sublinhado anteriormente, a violência atinge preferencialmente as populações das favelas e dos bairros da periferia. Nesses espaços, aqueles que já padecem dos efeitos da pobreza e da miséria são vitimados pela violência urbana em suas múltiplas formas, notadamente pela criminalidade violenta. Não obstante, é a ausência dos meios e recursos de prevenção disponíveis nos bairros de classe média e alta o diferencial de intensidade com que se verifica a incidência da criminalidade nos bairros mais pobres da cidade, em relação às áreas nobres.

As estatísticas criminais para a Região Metropolitana de Fortaleza, se observadas pelo foco da ocupação profissional das vítimas dos crimes, permitirá comprovar a tese de que a população mais pobre é, indiscutivelmente, a grande vítima da violência (Tabela 03).

Tabela 02 – Profissões das vítimas que foram mortas na RMF no triênio 1996-1998

classificação	ocupação	total	1996	1997	1998
1ª	SPD*	587	185	172	230
2ª	Estudante	192	57	66	69
3ª	Servente	144	49	54	41
4ª	Pedreiro	84	29	32	23
5ª	Comerciante	73	18	22	33

ESPACIALIZAÇÃO DOS ASSASSINATOS PRATICADOS EM FORTALEZA POR BAIRROS NO INTERSTÍCIO DE 1993-1997



LEGENDA

	95 A 105
	55 A 75
	30 A 50
	15 A 30
	05 A 14
	< 05

ESCALA APROXIMADA
1:100.000

ESCALA GRÁFICA:

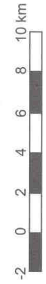


FIGURA 01

*Sem profissão definida

Fonte: Divisão de Investigação Criminal – DIC

Como pode-se observar, três das ocupações em destaque, SPD, servente e pedreiro, constituem as categorias mais representativas em meio aos mais pobres de Fortaleza. Os primeiros, representados pelos sem profissão definida, são provavelmente aqueles que não tiveram oportunidades de uma instrução formal e muito menos acesso ao mercado de trabalho. Com efeito, essa categoria poderia ser escolhida como símbolo da atual situação de exclusão. Uma vez mais recorrendo aos número oficiais, do Departamento de Investigações Criminais (DIC), que mostram os cinco bairros mais violentos de Fortaleza nos últimos anos e que figuram entre aqueles predominantemente periféricos, constata-se que a população mais pobre é de longe a mais vítima da violência.

Tabela 03 – Bairros onde foram registrados mais crimes de morte em Fortaleza no triênio 1996-1998

Ranking	Bairros	Total	1996	1997	1998
1º	Messejana	60	25	13	22
2º	Bom Jardim	50	14	21	15
3º	Pirambu	49	22	13	14
4º	Centro	39	15	11	13
5º	José Walter	38	13	15	10

Fonte: DIC

Os dados sobre o número de assassinatos registrados em Fortaleza por bairros, entre 1993 e 1997 e divulgados pelo Banco de Dados do Movimento Nacional dos Direitos Humanos (MNDH), permitem identificar uma realidade similar à descrita pelo DIC, porém com uma particularidade. Além dos bairros já destacados na tabela 04, emergem dois bairros da seleta área nobre de Fortaleza, a saber, Papicu e Aldeota, que ocupam respectivamente a oitava e a nona posições no *ranking* dos homicídios praticados na cidade. A figura 01 ajuda a visualizar melhor a espacialização da violência em Fortaleza e sugere um pretensão rompimento do bloqueio imposto pela cidade “fortaleza”.

Essa é a nova tendência da “Geografia do crime” em Fortaleza, guardadas as devidas imprecisões dos dados, haja visto o fato de que, estes, não representam a realidade dos bairros Aldeota e Papicu do ponto de vista das vítimas em sua totalidade. Isso porque estes bairros não são de ocupação exclusiva da população de *status*, sendo, pois, de grande e constante presença e fluxo de trabalhadores do serviço doméstico, da construção civil, comércio e serviços. Não se pretende com isso ressuscitar a teoria da *marginalidade* que remete à pobreza condição *sine qua non* à incidência de violência. O que se objetiva é revelar a complexidade que cerca os bairros em destaque, em relação, por exemplo ao Bom Jardim — de habitação popular, relativamente isolado, e onde os indicadores sociais sinalizam, guardadas as proporções, para uma relativa homogeneidade em sua composição.

Definitivamente, não se pode relacionar a pobreza, enquanto condicionante, à violência. Caso essa correlação fosse verdadeira, o fenômeno estaria banido dos países desenvolvidos. O que não ocorre. Exemplos não faltam para desmontar esse discurso, rejeitado por estudiosos brasileiros. Conforme o professor e sociólogo César Barreira, coordenador do Laboratório de Estudos da Violência da Universidade Federal do Ceará (LEV/UFC),

no Japão crescem os índices de suicídios. Na França, out-doors pedem que denunciem os autores de maus tratos contra crianças. Até nas pequenas cidades européias, o clima é de insegurança. Os jovens assaltam para comprar drogas. A violência contra a mulher é grande na Alemanha (In: Diário do Nordeste, 30/05/199, p. 19).

Ainda segundo o professor Barreira, pautado em pesquisas realizadas pelo LEV/ UFC, a violência em Fortaleza é generalizada. Ela está presente, de algum modo, em todos os escalões da sociedade. O que ocorre, adverte o professor, é que em determinadas áreas há uma maior concentração dessa violência. Ademais, é na periferia que o fenômeno torna-se mais visível e mais presente. Já nos setores ocupados pelas classes economicamente melhor situadas a violência é camuflada, não ocorrendo o mesmo na periferia.

Durante muito tempo, vários autores propagaram e registraram o modo como os setores economicamente melhor situados se arranjam diante do medo da violência, redefinindo *espaço e território*. Pouca atenção foi dada ao comportamento dos segmentos mais pobres diante da violência - a exceção fica por conta das contribuições de peso, sem menosprezar os demais, da antropóloga Alba Zaluar (1994a e 1994b) e do geógrafo Marcelo de Souza (em vários trabalhos). Essa carência talvez se explique pelo fato dos mais pobres terem sido frequentemente tratados como agentes e não como alvos da criminalidade.

4 Considerações finais

A sensação de insegurança experimentada pela população urbana do país, bem como seu aumento contínuo, vem norteando mudanças de práticas sociais e comportamentos no cotidiano das cidades.

Essas mudanças tornam-se mais marcantes na medida que extrapolam o nível das *práticas cotidianas* e atingem as formas espaciais. Se de um lado o medo converteu-se em *padrão psico-social de comportamento urbano* (Adorno, 1992), do outro, ressalta-se como padrão arquitetônico. Este, ganha relevo nas formas espaciais através de uma *arquitetura do medo* (Davis, 1993). Esse novo padrão arquitetônico materializa-se nas fachadas comerciais e residenciais ladeadas por muros altos, cercas elétricas, grades de ferro, guaritas etc. Cada vez vez mais a paisagem urbana exhibe feições ditadas pelo medo. Cumpre salientar que a violência enredou-se de forma incontestável no processo de produção espacial das cidades brasileiras. Portanto, deixou de ser apenas reflexo da urbanização, segundo uma corrente de análise, e transformou-se, “também”, em vetor do processo.

A partir dessa premissa, visualiza-se com maior clareza a dinâmica atual da *segregação e auto-segregação* no interior das cidades brasileiras. Até recentemente esses processos eram estudados única e exclusivamente sob a ótica das relações sociais de produção. Atualmente, face a incorporação do medo no cotidiano da sociedade como *padrão psico-social de comportamento urbano*, os processos em tela ganharam novos matizes. Isso se deve à adoção de estratégias cada vez mais complexas para o exercício das atividades cotidianas face à situação de violência. Essas mudanças, marcadas por medidas preventivas, podem ser percebidas nos vários segmentos da sociedade brasileira.

De um lado os grupos economicamente melhor situados procuram manter-se o mais afastados possível daqueles tidos como socialmente perigosos. A opção preferencial por lugares de moradia, consumo, circulação e lazer exclusivos constitui-se em *estratégia* dominante e consolidam o processo de *auto-exclusão*.

Do outro lado, no sentido *lato* em se tratando da realidade de Fortaleza, os grupos sociais excluídos, guardadas as devidas proporções, adotam *estratégias* similares daqueles do lado oposto. O diferencial refere-se à disponibilidade dos recursos que garantem, além da segurança, o conforto das classes mais abastadas. Em sendo as maiores vítimas da violência urbana, reais ou em potenciais, os atores sociais internos às periferias distantes, sobretudo àqueles setores tidos como violentos, reagem como podem.

Nos bairros mais pobres cacos de vidro substituem as cercas eletrificadas. No lugar da vigilância eletrônica instalam-se grades de ferro. Na ausência de ambientes e/ou mecanismos que garantam o lazer seguro e “tranquilo”, resignam-se nos lares na companhia da TV e familiares. Em suma, o que para as elites significa auto-exclusão, que em tese lhes garante algum espaço de manobra, para os mais pobres significa *auto-reclusão*.

Diante dessa realidade, inevitavelmente emergem alguns questionamentos. As *estratégias e táticas* (Certeau, 1985), de prevenção à violência adotadas pela população são realmente

seguras? Até quando e/ou ou onde é possível recuar ao enfrentamento do problema da violência? Episódios recentes, envolvendo atores sociais situados em lugares teoricamente bem protegidos, expõem a fragilidade dos mesmos, ainda que diante de um aparato sofisticado de segurança.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Sérgio. Democracia e pena de morte: as antinomias de um debate. In: CEM. *Travessia*: revista do migrante. São Paulo, Ano V, Nº 13, mai./ago. de 1992 (p.18-26);
- AUMENTO da violência provoca sobrecarga de trabalho no IJF. *O povo*, Fortaleza, 13 de abril de 1999, Cidades, p.3;
- BIRD: O desempenho do ceará In: *O povo*, Fortaleza, 11 de julho de 1999, Economia, p.6-7;
- BUARQUE, Cristovam. *O que é apartação*: o apartheid social no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1993;
- CDPDH/MNDH. *O perfil dos homicídios no Ceará* (enfoque especial: violência no trânsito), Fortaleza, Ano IV, 1996;
- CEARÁ: cresce desigualdade entre pobres e ricos. In: *O Povo*, Fortaleza, 20 de março de 1999, Economia, p. 1D;
- COSTA, Maria Clélia Lustosa. *Cidade 2000: expansão urbana e segregação espacial em Fortaleza*. São Paulo, Dissertação de Mestrado em Geografia, USP/FFLECH, 1988 (mimeo);
- DANTAS, Eustógio W. C. *Comércio ambulante no Centro de Fortaleza/Ce*. São Paulo, Dissertação de Mestrado em Geografia, USP/FFLECH, 1995 (mimeo);
- DAVIS, Mike. Fortaleza La. In: _____. *Cidade de quartzzo*. São Paulo: Scritta/Página Aberta, 1993 (p. 203-236);
- De CERTEAU, Michel. Teoria e método no estudo das práticas cotidianas. In: Anais do Encontro: *Cotidiano, cultura popular e planejamento urbana*, São Paulo, USP-FAU, 1985 (p. 1-19);
- DIÓGENES, Glória. *Cartografias da cultura e da violência*: gangues, galeras e movimento hip hop. Fortaleza, Tese de Doutorado em Sociologia, PPGS-UFC, 1998 (mimeo);
- _____. A guerra da segurança. *O povo*, Fortaleza, 17 de agosto de 1999, opinião, p. 7;
- FORTALEZA é a sexta capital mais violenta do Brasil. *O povo*, Fortaleza, 16 de janeiro de 2000, cidades, p.3;
- IBGE. Contagem da população 1996 e Censo Demográfico 2000 In: Web Site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
- INSEGURANÇA aquece mercado de trancas e cadeados. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 20 de julho de 1999, Cidade, p.15;
- MAFFESOLI, Michel. *Dinâmica da violência*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais/Vértice, 1987;
- PERIFERIA de Fortaleza enfrenta onda de violência. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 30 de maio de 1999, Polícia, p.19;
- FERRAZ, Durval. Riodejaneirização. In: *O Povo*, Fortaleza, 11 de Fevereiro de 2000, p.02;
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. As relações criminosas: o crime é um meio para a mobilidade social numa sociedade desigual. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 de setembro de 1996, caderno Mais!, p.6;

- QUEIROZ, Ivan da., *Territorialidades do medo no Grande Bom Jardim: a violência como vetor de mudanças no espaço urbano de Fortaleza*. Fortaleza, Dissertação de Mestrado em Geografia, PPGG-UFPE, 2000 (mimeo);
- SEGURANÇA: como prevenir assaltos em seu condomínio. In: *O Povo*, Fortaleza, 13 de janeiro de 2000, p.1;
- SILVA, José Borzacchiello da., *Os incomodados não se retiram*. Fortaleza: Multigraf, 1992;
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. *Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual*. São Paulo: Ática, 1996;
- _____. Exclusão social, fragmentação do tecido sóciopolítico-espacial da cidade e “ingovernabilidade urbana”: ensaio a propósito do desafio de um “desenvolvimento sustentável” nas cidades brasileiras. In: SILVA, J. Borzacchiello da, Et. Al. (Orgs.). *A cidade e o urbano*. Fortaleza: EUFC, 1997 (p. 247-264);
- SOUZA, Maria Salete. *Fortaleza: uma análise da estrutura urbana*. In: Anais do, 3º Encontro Nacional de Geógrafos/AGB, Fortaleza, 1978;
- ZALUAR (a), Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. 2ª. edição. São Paulo: Brasiliense, 1994;
- _____(b). *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Revan, 1994.